

DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS
Regime Próprio de Previdência Social

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
EXERCÍCIO – 2019

INSTITUTO PROPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL

SANTANA DO ITARARÉ - PARANÁ

Outubro/2018.

Sumário

1. Introdução	3
2. Objetivos	3
3. Cenário Econômico	4
3.1. Cenário Global	5
3.2. Cenário Doméstico	7
4. Equilíbrio Atuarial	10
5. Modelo de Gestão:	10
5.1. Acompanhamento da Gestão dos recursos garantidores:	11
6. Estratégia de Alocação de Recursos:	11
6.1. Segmentos de Aplicação:	11
6.2. Objetivos da Alocação de Recursos:	11
6.3. Faixas de Alocação de Recursos:	12
7. Informações utilizadas na Gestão da Alocação dos Recursos	14
8. Diretrizes para gestão dos segmentos de aplicação dos recursos (critérios para a seleção dos investimentos)	15
8.1. Diretriz de Alocação de Recursos Definidos para o Exercício de 2019	15
8.2. Estratégia de alocação para os próximos 05 exercícios	17
9. Gerenciamento de Riscos:	18
10. Disposições Gerais:	19

1. Introdução

Os investimentos do Regime Próprio do Município de Santana do Itararé obedecem às diretrizes e princípios contidos na Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor, definidas pelo Conselho Monetário Nacional atualmente na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e suas alterações.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. Objetivos

A Política de Investimentos possui o objetivo de estabelecer as diretrizes e linhas gerais relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS do Município de Santana do Itararé, levando-se em consideração os princípios da boa governança, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Constitui-se em instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas da Instituição, como também os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos. Tratará, também, da busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa e renda variável) quanto na

segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno e os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, com especial ênfase no médio e longo prazos.

3. Cenário Econômico

A análise do cenário econômico foi formalizada após várias pesquisas junto a publicações referente ao mercado financeiro de instituições financeiras em atuação no cenário nacional.

O comportamento da atividade é o foco natural do cenário econômico, que em sendo impulsionado pelo cenário político atual diante do otimismo do mercado financeiro com Jair Bolsonaro (PSL) se mantendo à frente de Fernando Haddad (PT) nas pesquisas eleitorais ditou mais uma vez o tom dos negócios nesta segunda-feira (22). O movimento positivo da bolsa na China também ajudou o mercado a descolar do cenário negativo registrado em Wall Street, onde só a Nasdaq avançou.

Com isso, o Ibovespa fechou com alta de 1,63%, aos 85.596 pontos, com o volume financeiro atingindo R\$ 11,712 bilhões. Na máxima do dia, o índice chegou a subir 1,84%. O dólar comercial, por sua vez, caiu forte também seguindo o rali eleitoral, recuando 0,74%, cotado a R\$ 3,6872 na venda.

Os juros futuros também recuaram diante da proposta de Bolsonaro para a independência formal do Banco Central e indicações de nomes para presidir a autoridade monetária. A equipe de Bolsonaro já sinalizou que gostaria de manter no comando do banco o atual presidente, Ilan Goldfajn. Se isso não for possível, um nome que começou a surgir foi o de Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor da instituição entre 1999 e 2003.

"A falta de um plano de governo, assim como

mensagem clara em relação às reformas preocupa, mas a expectativa é que a visibilidade nesses campos melhore após o segundo turno", afirma o time da XP Política em relatório enviado a clientes nesta manhã.

Nas pesquisas, Bolsonaro aparece entre 58% e 64% da preferência do eleitorado, dependendo do levantamento. Segundo pesquisa CNT/MDA divulgada nesta segunda-feira (22), o deputado federal tem 57% dos votos válidos, contra 43% do ex-prefeito paulistano. Veja aqui a pesquisa completa.

No exterior, o preço do barril de petróleo Brent, que chegou a superar os US\$ 80 mais cedo puxado pelo nervosismo com o agravamento da crise diplomática entre a Arábia Saudita e o Ocidente, chegou a virar para o negativo, mas fechou com leves ganhos.

Vale ressaltar que os sauditas têm planos de aumentar a produção, o que ajudou a conter os preços das commodities. As sanções contra as exportações de petróleo do Irã devem começar em 4 de novembro e a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China está afetando a perspectiva da demanda de 2019.

3.1. Cenário Global

De acordo com o informe BRAM, no mês de agosto, as vendas restritas cresceram 1,3% na margem, ficando acima das expectativas e da projeção do mercado, que eram de contração de 0,1% e alta de 0,2%, respectivamente. Em termos anuais, o crescimento foi de 4,1%, após queda de 1% em julho. Entre os grupos, destaca-se o crescimento das vendas de vestuário (5,6%), e eletrodomésticos e móveis (2,0%). Essa surpresa pode ser explicada, em parte, pela liberação do PIS, cujos depósitos em conta iniciaram em 8 de agosto. Segundo as estimativas, entre agosto e setembro, cerca de R\$ 34 bilhões foram liberados. As vendas de supermercados também surpreenderam positivamente e cresceram 0,7% frente ao mês anterior. Esse resultado contrariou a sinalização dos dados da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), que

apontava queda de 0,4% no período. As vendas ampliadas (inclui automóveis e material de construção), por sua vez, também tiveram desempenho melhor que o esperado e cresceram 4,2% na margem, resultado acima da nossa projeção e das expectativas do mercado, de alta de 3,0% e 2,4%, respectivamente. As vendas de automóveis cresceram 5,4% em relação ao mês de julho, confirmando os bons resultados observados nos dados de vendas da Fenabreve. Já as vendas de material de construção aumentaram 4,6%. Os resultados das vendas do varejo de agosto devem limitar, no curto prazo, a chance de novas revisões para baixo do crescimento do PIB do terceiro trimestre, para o qual projeta alta de 0,4% ante o segundo trimestre. Para o ano, projeta expansão de 1,2%.

Nos EUA, a inflação ao consumidor (CPI) e a inflação ao produtor (PPI) desaceleraram novamente em setembro, surpreendendo a expectativa do mercado. Em termos anuais, o CPI apresentou variação de 2,3%, abaixo da variação de 2,7% em agosto e da expectativa de 2,4% do mercado. Ao excluir alimentação e energia, a variação do núcleo da inflação se manteve constante em 2,2%, frustrando a expectativa de tendência altista (2,3%). Nos componentes do núcleo de inflação, o grupo de bens segue em campo deflacionário, variando -0,3% em setembro, ante -0,2% em agosto. O núcleo de inflação de serviços, por seu turno, manteve-se em 3%. Em relação ao PPI, a alta em termos anuais foi de 2,6%, frustrando a expectativa de mercado (2,7%) e desacelerando frente ao mês anterior (2,8%). Contudo, ao contrário do CPI, ao excluir alimentação e energia, o indicador acelerou em relação a agosto, 2,5% frente a 2,3%, e correspondeu às expectativas de mercado. Apesar da leitura mais moderada em setembro, diante do aperto do mercado de trabalho e das medidas recentes de estímulo fiscal, acreditamos que o cenário de inflação é condizente com a continuidade do aperto monetário pelo FED, com uma alta adicional de juros nesse ano, e quatro altas de juros em 2019.

Ainda no cenário global, diante do aumento das preocupações acerca do impacto da guerra comercial, a China adotou nova medida de estímulo monetário. O Banco Popular da China (PBoC) anunciou que a taxa de juros do depósito compulsório (RRR) será reduzida em 100 p.b, de 15,5%

a.a para 14,5% a.a, a partir do dia 15 de outubro. De acordo com a autoridade monetária, o corte de juros implicará injeção de US\$ 174,72 bilhões na economia chinesa. Desde janeiro, o PBoC já executou quatro cortes na taxa de juros. Dada a frustração com os últimos dados de atividade e o aumento do risco de uma desaceleração mais forte do que a esperada, devemos observar novas medidas de estímulo por parte da China. Na Zona do Euro, a piora das condições econômicas globais tem impactado negativamente o desempenho da indústria da Alemanha. Em agosto, a produção industrial da Alemanha recuou 0,3% na margem, frustrando a expectativa de crescimento do mercado (0,3%). A indústria de bens de capital, sensível ao aumento das tensões no comércio global, recuou 0,7% frente ao mês de julho. Os índices de confiança sugerem que o espaço para recuperação nos próximos meses é limitado. Nesse sentido, a ata da última reunião do Banco Central Europeu (BCE) revelou que os membros do comitê estão mais preocupados com a fraqueza do comércio global. Acredita-se que o programa de compra de títulos (€ 15 bilhões ao mês) não será prorrogado para além do mês de dezembro, conforme preliminarmente determinado. O processo de normalização da taxa de juros, entretanto, deverá ter início apenas no segundo semestre do próximo ano.

3.2. Cenário Doméstico

Na manhã do dia 22 de Outubro de 2018, o Banco Central do Brasil (BC) divulgou a quadragésima segunda edição de 2018 do Boletim Focus, relatório de mercado publicado semanalmente com as previsões de cerca de 100 (cem) analistas financeiros sobre diversos indicadores da economia brasileira. A pesquisa do Banco Central foi realizada entre os dias 15 a 19 de Outubro de 2018.

De acordo com o Boletim Focus, os principais economistas em atuação no país pioraram suas projeções para 2018 sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o Investimento Direto no País e a Taxa de Crescimento dos Preços Administrados. Por outro lado, melhoraram suas projeções sobre o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), o Valor do Dólar Comercial, a Dívida Líquida do Setor Público, o Resultado Nominal e a Balança

Comercial. Além disso, os analistas consultados mantiveram suas projeções anteriores sobre a Produção Industrial, a Meta da Taxa Selic, a Conta Corrente, o Resultado Primário e o Produto Interno Bruto (PIB).

Previsões econômicas para 2018

2018	Unidade de Medida	Projeção Anterior	Projeção Atual	Diferença	Tendência Acumulada
IPCA	%	4.43	4.44	0.01	Alta (6)
PIB	%	1.34	1.34	0.00	Estável (2)
Taxa de Câmbio	R\$ / US\$	3.81	3.75	-0.06	Baixa (2)
Taxa Selic	%	6.50	6.50	0.00	Estável (21)
IGP-M	%	9.92	9.84	-0.08	Baixa (1)
Preços Administrados	%	7.84	7.90	0.06	Alta (6)
Produção Industrial	%	2.67	2.67	0.00	Estável (1)
Conta Corrente	US\$ Bilhões	-18.00	-18.00	0.00	Estável (5)
Balança Comercial	US\$ Bilhões	55.00	55.25	0.25	Alta (1)
Investimento Estrangeiro	US\$ Bilhões	68.00	67.00	-1.00	Baixa (1)
Dívida Líquida	% do PIB	54.20	54.00	-0.20	Baixa (2)
Resultado Primário	% do PIB	-1.90	-1.90	0.00	Estável (1)
Resultado Nominal	% do PIB	-7.30	-7.20	0.10	Alta (2)

Tendência Acumulada: os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o comportamento atual (alta, baixa ou estável).

Previsões econômicas para 2019

2019	Unidade de Medida	Projeção Anterior	Projeção Atual	Diferença	Tendência Acumulada
IPCA	%	4.21	4.22	0.01	Alta (2)
PIB	%	2.50	2.49	-0.01	Baixa (1)
Taxa de Câmbio	R\$ / US\$	3.80	3.80	0.00	Estável (1)

Taxa Selic	%	8.00	8.00	0.00	Estável (40)
IGP-M	%	4.50	4.51	0.01	Alta (2)
Preços Administrados	%	4.80	4.80	0.00	Estável (6)
Produção Industrial	%	3.00	3.00	0.00	Estável (5)
Conta Corrente	US\$ Bilhões	-31.70	-30.00	1.70	Alta (1)
Balança Comercial	US\$ Bilhões	45.50	46.00	0.50	Alta (1)
Investimento Estrangeiro	US\$ Bilhões	75.65	70.00	-5.65	Baixa (2)
Dívida Líquida	% do PIB	57.80	56.90	-0.90	Baixa (3)
Resultado Primário	% do PIB	-1.50	-1.50	0.00	Estável (6)
Resultado Nominal	% do PIB	-6.80	-6.80	0.00	Estável (5)

Tendência Acumulada: os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o comportamento atual (alta, baixa ou estável).

Previsões econômicas para 2020

2020	Unidade de Medida	Projeção Anterior	Projeção Atual	Diferença	Tendência Acumulada
IPCA	%	4.00	4.00	0.00	Estável (68)
PIB	%	2.50	2.50	0.00	Estável (34)
Taxa de Câmbio	R\$ / US\$	3.75	3.75	0.00	Estável (4)
Taxa Selic	%	8.38	8.25	-0.13	Baixa (1)
IGP-M	%	4.00	4.00	0.00	Estável (1)
Preços Administrados	%	4.20	4.10	-0.10	Baixa (1)
Produção Industrial	%	3.00	3.00	0.00	Estável (36)
Conta Corrente	US\$ Bilhões	-39.00	-39.00	0.00	Estável (1)
Balança Comercial	US\$ Bilhões	45.52	45.52	0.00	Estável (1)
Investimento Estrangeiro	US\$ Bilhões	77.00	76.00	-1.00	Baixa (1)
Dívida Líquida	% do PIB	59.10	58.80	-0.30	Baixa (4)
Resultado Primário	% do PIB	-0.91	-0.86	0.05	Alta (1)
Resultado Nominal	% do PIB	-6.55	-6.48	0.07	Alta (2)

Tendência Acumulada: os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o comportamento atual (alta, baixa ou estável).

4. Equilíbrio Atuarial

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o exercício de 2019, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de 6,00% (seis por cento), acrescido da variação do IPCA.

A escolha do IPCA justifica-se devido que há anos o Tesouro Nacional vem agindo de forma a alongar sua dívida, buscando unificar sua base de correção pelo IPCA. As outras esferas de poder acabaram por aderir ao referido índice, que hoje comporta a correção dos ativos e passivos, de um modo geral. Nas negociações de reposição salarial em Jundiaí, este tem sido o índice perseguindo, possibilitando uma melhor adequação ao custo x custeio. Elegendo-se o IPCA evitamos este indesejável descasamento.

A escolha da taxa de juros escolhida de 6% a.a., justifica-se devido ao fato de a termos utilizado como meta de rentabilidade desde a criação da autarquia, ainda suportável ante ao quadro de crescimento do passivo atuarial, e das rentabilidades que a carteira de investimento pode, objetivamente, remunerar os ativos. Apenas após a implementação da nova realidade ante as características de mercado trazidas pela redução de juros e da inflação, com potencial aumento do PIB é que se poderá traçar um diagnóstico de longo prazo que justifique a redução da referida taxa, e conseqüente aumento no custeio.

5. Modelo de Gestão:

Para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS de Santana do Itararé, será

adotada a gestão própria, de acordo com a realidade a Entidade, conforme previsão no artigo 3º, § 5º, inciso II, da Portaria 519/11 e alterações, decidindo sobre as alocações dos recursos respeitando os parâmetros contidas nesta Política e na Resolução 3.922/10.

5.1. Acompanhamento da Gestão dos recursos garantidores:

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 3.922/10, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- 1) Relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações, a ser remetido mensalmente pelas Instituições Financeiras onde os recursos estiverem aplicados;
- 2) Trimestralmente, o RPPS de Santana do Itararé, elaborará relatórios trimestrais detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período;
- 3) Semestralmente, o RPPS avaliará o desempenho das aplicações efetuadas com base nos relatórios acima mencionados.

6. Estratégia de Alocação de Recursos:

6.1. Segmentos de Aplicação:

A alocação de recursos da Entidade obedecerá às determinações emanadas da Resolução 3.922/10, definidas abaixo:

1. Segmento de Renda Fixa
2. Segmento de Renda Variável
3. Segmento de imóveis.

6.2. Objetivos da Alocação de Recursos:

O principal objetivo da alocação de recursos pelos

segmentos acima mencionados é o de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados/a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

6.3. Faixas de Alocação de Recursos:

6.3.1. Segmento de Renda Fixa:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa deverão ser efetuadas por meio das seguintes alternativas: carteira própria, fundos de investimento.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN nº 3.922/10, a saber:

Renda Fixa	Limite Mínimo de alocação de recursos	Limite Máximo de alocação de recursos	Limite de alocação de PL do FI	Limite de alocação de recursos do RPPS
Título Público Federal	0%	100%	—	—
FI/FIC exclusivamente em TPF (IMA ou Idka)	0%	100%	25%	---
Operações Compromissadas TPF	0%	15%	—	—
FI/FIC Renda Fixa ou Referenciado (IMA ou Idka)	0%	80%	25%	20%
FI/FIC de Renda Fixa ou REF qualquer (com exceção de crédito privado).	0%	30%	25%	20%
Poupança	0%	20%	—	—
FI Direitos Creditórios Aberto	0%	15%	25%	---
FI Direitos Creditórios Fechado ou FI/FIC de Renda Fixa ou REF crédito privado	0%		5%	25%

6.3.2. Segmento de Renda Variável:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN nº 3.922/10, a saber:

Renda Variável	% Máximo dos Recursos Garantidores	Limite Mínimo de alocação de recursos dentro do limite geral	Limite Máximo de alocação de recursos dentro do limite geral	Limite de alocação por PL do FI	Limite de alocação de recursos do RPPS
FI/FIC em ações indexado (Ibovespa/IBRX)	30%	0%	30%	25%	20%
FI/FIC em índices de ações referenciados em Ibovespa, IBrX, IBrX-5)		0%	20%	25%	—
Outros FI/FIC em ações		0%	15%	25%	—
FI/FIC Multimercado sem alavancagem		0%	5%	25%	---
FI em participações (fechado)		0%	5%	25%	---
FI Imobiliários		0%	5%	25%	—

6.3.3. Segmento de Imóveis:

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.922/2010, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis, livres de quaisquer ônus ou gravame, e possuir as certidões negativas de tributos, em especial o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição e/ou integralização de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas

sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados. Deverá ser observado também critérios de Rentabilidade, Liquidez e Segurança.

6.3.4. Vedações

O comitê de investimento do SANTANAPREV - Instituto Próprio de Previdência social do município de Santana do Itararé, deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

1. Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco citadas no item 7.2 - Controle do Risco de Crédito da presente Política de Investimentos;
2. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não estejam listados em mercado de bolsa (Pregão);
3. Cotas de Fundos de Investimentos que apresente, em seu regulamento, a possibilidade de aquisição de ativos que guardem relação com ativos classificados como no exterior (Ex.: Dívida Externa e BDR's).

7. Informações utilizadas na Gestão da Alocação dos Recursos

Como forma de cumprir a Política de Investimentos no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores da Entidade, o Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santana do Itararé, definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- a) Projeções do fluxo de caixa;
- b) Tendências e comportamento das taxas de juros;

- c) Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- d) Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo; e
- e) Níveis de exposição ao risco dos ativos.

8. Diretrizes para gestão dos segmentos de aplicação dos recursos (critérios para a seleção dos investimentos)

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Imóveis serão revistas periodicamente pelo Conselho de Administração, e posteriormente pelo Comitê de Investimentos, tanto para minimizar as perdas marcadas pela rentabilidade negativa de alguns fundos de investimentos no ano base, quanto para obter melhor rendimento para o ano vindouro, assim, poderá ser adotada uma maior diversificação nas aplicações, para atender as tendências do cenário econômico que ainda se demonstram instáveis, não se descuidando de obedecer a Resolução do C.M.N. 3922/2010.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a) Os recursos garantidores das reservas técnicas do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santana do Itararé, serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional e poderão ser distribuídos dentro das seguintes categorias de aplicação:
 - a) Títulos Públicos Federais;
 - b) Fundos de Investimentos Financeiros.
- b) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez.
- c) A performance será medida pela comparação do rendimento de cada

segmento com seu respectivo benchmark.

8.1. Diretriz de Alocação de Recursos Definidos para o Exercício de 2019.

Para o ano de 2019, o RPPS do Município de Santana do Itararé, definiu suas alocações de recursos, em investimentos de Renda Fixa e variável, todavia, tendo em vista seu perfil mais conservador, e dado a instabilidade no mercado financeiro a maior parte deverá ser aplicado em renda fixa.

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2019		
			Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados em 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	15,00%	50,00%	100,00%
	FI Referenciados em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN - Art. 7º, I "c"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Operações Compromissadas em títulos TN - Art. 7º, II	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%	0,00%	10,00%	40,00%
	FI de Índices Referenciado RF- Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	10,00%	30,00%	40,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Depósito em Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	FI de Debêntures Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Subtotal	570,00%	25,00%	90,00%	195,00%
Renda Variável	FI Referenciados em Renda Variável - Art. 8º, I, "a"	30,00%	0,00%	3,00%	10,00%
	FI de Índices Referenciados em Renda Variável- Art. 8º, I, "b"	30,00%	0,00%	0,00%	10,00%
	FI em Ações - Art. 8º, II, "a"	20,00%	0,00%	5,00%	20,00%
	FI em Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Multimercado - Art. 8º, III	10,00%	0,00%	2,00%	10,00%
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Subtotal	120,00%	00,00%	10,00%	60,00%	
Total Geral	690,00%	25,00%	100,00%	255,00%	

As faixas de alocações em percentuais, demonstradas no quadro acima, poderão sofrer alterações no decorrer do ano,

mediante análise do Comitê de Investimentos e autorização do Conselho Deliberativo, órgão superior de deliberação, verificada a necessidade para manter o equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS.

8.2. Estratégia de alocação para os próximos 05 exercícios

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios	
			Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	100,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados em 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	15,00%	70,00%
	FI Referenciados em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN - Art. 7º, I "c"	100,00%	0,00%	0,00%
	Operações Compromissadas em títulos TN - Art. 7º, II	5,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%	5,00%	60,00%
	FI de Índices Referenciado RF- Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	10,00%	40,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "b"	20,00%	0,00%	0,00%
	Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%	0,00%	15,00%
	Depósito em Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%	0,00%	5,00%
	FI de Debêntures Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%	0,00%	5,00%
	Subtotal	570,00%	32,00%	200,00%
Renda Variável	FI Referenciados em Renda Variável - Art. 8º, I, "a"	30,00%	0,00%	0,00%
	FI de Índices Referenciados em Renda Variável- Art. 8º, I, "b"	30,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, II, "a"	20,00%	7,00%	20,00%
	FI em Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%	0,00%	0,00%
	FI Multimercado - Art. 8º, III	10,00%	7,00%	10,00%
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	2,00%	5,00%
Subtotal	120,00%	18,00%	40,00%	
Total Geral	690,00%	50,00%	240,00%	

O RPPS do Município de Santana do Itararé, considera os limites apresentados o resultado da análise feita através das reservas

técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira.

9. Gerenciamento de Riscos:

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos;
- Risco sistêmico ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômico, político e social, impõem ao governo;
- Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo;
- Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo;
- Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito à interpelação judicial.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do RPPS de Santana do Itararé, pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de estresse que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão de recursos do RPPS de Santana do Itararé.

10. Disposições Gerais:

Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

A presente política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social do Município de Santana do Itararé, e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva.

As informações contidas nesta política anual de investimentos e suas revisões serão disponibilizadas aos seus segurados e pensionistas, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.722/2010, a vigência da presente Política de Investimentos encerrar-se-á em 31.12.2019 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove), tendo início em 01.01.2019 (primeiro de janeiro de dois mil e dezenove), sendo assegurada sua revisão a qualquer momento através da constatação de fatos financeiros ou econômicos que sejam relevantes.

Santana do Itararé, 24 de outubro de 2018.

Comitê de Investimentos:

Silvana de Souza

Maria Carolina Leite

Danilo Tomaz de Oliveira Matozinho